



# MEIO AMBIENTE

O impacto da desertificação no semi-árido e do descarte de resíduos sólidos no Seridó são temas de auditorias operacionais realizadas pelos TC's

Páginas 10

**ENCONTRO DEBATE  
FORTALECIMENTO  
DAS OUVIDORIAS E  
CONSULTORIAS**

Páginas 06 e 07

**ENCONTRO MARCA  
A PRESENÇA  
DA ATRICON NO  
NORDESTE**

Página 08

**COMBATE AO  
ASSÉDIO E  
VIOLÊNCIA DE  
GÊNERO**

Página 04 e 05

## MULHERES

A Revista do TCE, publicação anual com artigos que dissemina temas relacionados ao exercício do controle externo também abre espaço para o debate de idéias de interesse da sociedade e também presta homenagens a atores que deram sua contribuição e deixaram marcas no seu tempo. Na edição deste final de ano, as homenagens vão para as mulheres dos Tribunais de Contas, com destaque para os problemas que persistem na categoria do feminino.



**campanha  
de incentivo  
à vacinação  
infantojuvenil**

## VACINAÇÃO

MPRN, TJRN, MPF/RN, TCE, MPT/RN, Defensoria Pública do Estado e OAB/RN se unem para reforçar a importância de vacinar as crianças e adolescentes. Cremern e Sociedades de Pediatria e Infectologia dão respaldo à campanha

Reforçar a importância da vacinação infantil e incentivar as famílias que vacinem suas crianças e adolescentes. Com esses objetivos, o Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), o Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte (MPF/RN), o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte (MPT/RN), a Defensoria Pública do Estado e a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Norte (OAB/RN) estão realizando uma campanha unificada para tentar melhorar os índices de vacinação infantojuvenil em todo o Estado. A campanha tem o respaldo do Conselho regional de Medicina do RN (Cremern), da Sociedade de Pediatria do RN e da Sociedade Riograndense do Norte de Infectologia.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), mesmo após campanhas estadual e municipais, o Rio Grande do Norte ainda não atingiu o índice de 60% de crianças vacinadas contra a poliomielite, por exemplo. A meta estabelecida pelo Ministério da Saúde é de 95% do público-alvo vacinado.

## IRB: RUMO AOS 50 ANOS

Em 12 de outubro último o Instituto Rui Barbosa (IRB) comemorou 49 anos de história, com uma trajetória marcada pela relevante atuação no aprimoramento do Controle Externo brasileiro e aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas, convergindo saberes e ampliando conhecimentos por meio da realização de múltiplas ações educacionais de cunho técnico-científico.

Para comemorar o feito, durante toda a semana foram divulgados fatos históricos que narram o contexto de surgimento dos Tribunais de Contas brasileiros, a idealização do IRB e os avanços ao longo dessas quase cinco décadas. Acesso através dos canais oficiais de comunicação do IRB <https://linktr.ee/institutoruibarbosa>.

## ENCONTRO DOS TC'S

A oitava edição do Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (VIII ENTC) foi realizada, entre os dias 16 e 18 de novembro, no Centro de Convenções Windsor Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, com o tema “Os Tribunais de Contas como indutores da boa gestão e guardiões da democracia”.

O VIII ENTC foi promovido pela Atricon em conjunto com os Tribunais de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), do Estado (TCE-RJ), Instituto Rui Barbosa, Abracom, Audicon e CNPTC.



### SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE  
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE  
Renato Costa Dias

CONSELHEIRA PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA  
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA  
Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO CORREGEDOR  
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO OUVIDOR  
Tarcísio Costa

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS  
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA  
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS  
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro  
Antonio Ed Souza Santana  
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL  
Cleber James Teixeira Cadó

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO  
Jailson Tavares Pereira

CONSULTOR GERAL  
Gudson Barbalho do Nascimento Leão

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
Marco de Almeida Emerenciano

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE  
Procurador-Geral  
Thiago Martins Guterres

PROCURADORES  
Luciano Silva Costa Ramos  
Carlos Roberto Galvão Barros  
Luciana Ribeiro Campos  
Othon Moreno de Medeiros Alves  
Ricart César Coelho dos Santos

### EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:  
Viktor Vidal

EDITOR: Eugênio Parcelle da Silva

REPORTAGEM: Isaac Lira

PRODUÇÃO: Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Fernando de Souza

FOTOGRAFIAS: Maria Gabrielle

### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690  
Petrópolis - Natal/RN  
CEP: 59.012-360

Telefone: (84) 3642-7278  
Site: [www.tce.rn.gov.br](http://www.tce.rn.gov.br)  
E-mail: [tce-ccs@rn.gov.br](mailto:tce-ccs@rn.gov.br)  
[Facebook.com/tcedom](https://www.facebook.com/tcedom)  
Twitter: TCE\_RN  
Instagram: tce\_rn



# MELHOR ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A adoção de práticas que facilitem o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e tornem os processos mais ágeis é uma das orientações das entidades de controle externo enviadas aos Tribunais de Contas. As diretrizes constam na Nota Recomendatória nº 02/2022. O documento foi elaborado pela Atricon em conjunto com o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), o Conselho Nacional de Presidentes de Tribunais de Contas (CNPTC) e a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon).

As orientações consideram as iniciativas previstas pela Lei Federal nº 14.129 (Lei do

Governo Digital), que estabelece regras e instrumentos para a prestação digital de serviços públicos. Entre os benefícios previstos na normativa estão a criação de uma plataforma única para acesso às informações e aos serviços públicos, o que traz agilidade, gera economia e dispensa a necessidade de deslocamento até o órgão público; a ampliação da transparência e a modernização e simplificação da relação com a sociedade. A lei também veta qualquer cobrança à utilização dos serviços, de modo a permitir que toda a população possa usufruir dos benefícios do Governo Digital.

A Nota emitida pelas entidades recomenda aos Tribunais de Contas que “divulguem o conteúdo da Lei, especialmente a possibilidade

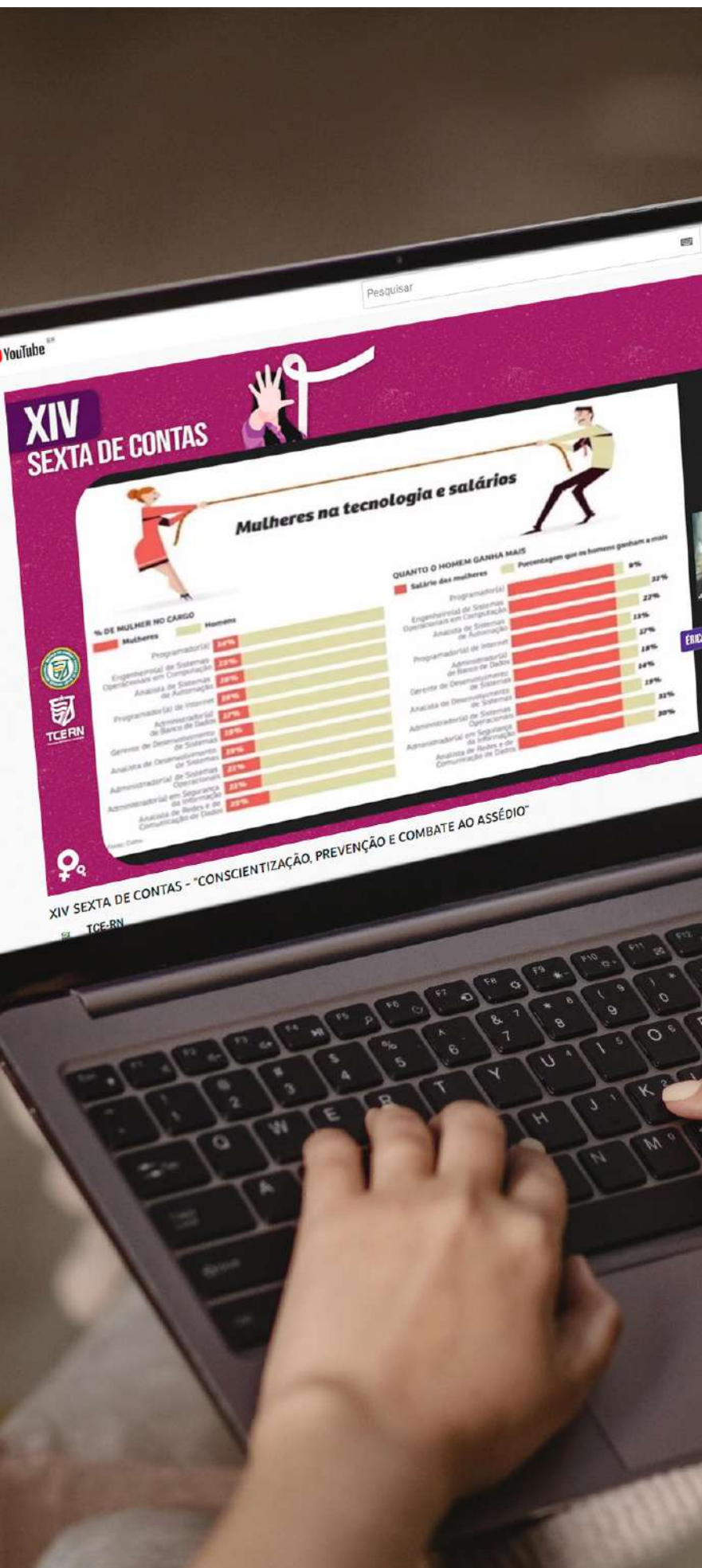
de adesão às diretrizes nacionais, por meio da edição de atos normativos próprios, e estimulem-na junto aos Poderes e órgãos sob sua jurisdição, fornecendo a orientação necessária para o alcance da transformação digital em benefício dos cidadãos, inclusive por meio de ações de educação realizadas pelas Escolas de Contas”. E, por fim, destaca que o Decreto Federal nº 10.332/2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 no âmbito federal, pode servir de subsídio para a regulamentação e a implementação de medidas inovadoras e soluções digitais criativas nas demais esferas da Administração Pública, respeitadas as peculiaridades, limitações e interesses locais.

## O QUE RECOMENDAM?

1. A desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;
2. A disponibilização, em plataforma única, do acesso às informações e aos serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial;
3. A possibilidade de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;
4. O monitoramento e a implementação de ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;
5. A gestão com base em dados e em evidências consistentes e qualificadas;
6. O apoio técnico aos entes federados para implantação e adoção de estratégias que visem à transformação digital da Administração Pública;
7. A eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco potencialmente envolvido na correspondente supressão;
8. O uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da Administração Pública;
9. A interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos;
10. O estímulo a ações educativas para qualificação dos servidores públicos para o uso das tecnologias digitais e para a inclusão digital da população;
11. A transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços;
12. O incentivo à participação social no controle e na fiscalização da Administração Pública;
13. O dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos;
14. A atuação integrada entre os órgãos e as entidades envolvidos na prestação e no controle dos serviços públicos, com o compartilhamento de dados pessoais em ambiente seguro;
15. A acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e o tratamento adequado a idosos;
16. A simplificação dos procedimentos de solicitação, oferta e acompanhamento dos serviços públicos, com foco na universalização do acesso e no autosserviço, dentre outros princípios e diretrizes elencados em diversos artigos da Lei Federal nº 14.129/2021;
17. A implementação de mecanismos, instâncias e práticas de governança, bem como a adoção ou aprimoramento do sistema de gestão de riscos e de controle interno, cujos processos deverão ser avaliados por auditoria interna governamental;



# ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO



“O assédio causa danos não só à vítima, mas também ao ambiente de trabalho, à instituição”. A frase, da promotora de Justiça Érica Canuto, mostra a complexidade que o assédio sexual ou moral representa na sociedade, e da importância não somente do debate, mas da tomada de atitudes de prevenção e combate a este tipo de ocorrência. E foi este o objetivo da 14ª edição do projeto Sexta de Contas ao abrir espaço para a discussão do tema “Conscientização, Prevenção e Combate ao Assédio, em suas diferentes formas, no ambiente laborativo”.

“Trata-se de um grave problema que envolve as relações sociais, trazendo desconforto, vergonha, intimidação. É nosso dever garantir boas condições, respeito e dignidade no ambiente de trabalho”, destacou o conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, diretor da Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, no início da apresentação, acentuando a importância da conscientização e também a implementação de mecanismos de prevenção e proteção das vítimas e responsabilização dos ofensores. O projeto, realizado pela Escola de Contas em parceria com a Ouvidoria, vem se consolidando como um espaço de apresentação e debates de temas significativos para a sociedade, buscando disseminar conhecimentos para o controle social.

A coordenadora do Núcleo de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público, Érica Canuto, falou do assédio no trabalho e suas implicações com questões de gênero. “Durante muito tempo, as mulheres foram excluídas do mercado de trabalho, dos espaços de formação. Antes de 1962 a mulher só podia trabalhar com a permissão do marido. Seu papel era cuidar da casa, dos filhos”, relatou.

Para a promotora, a questão de gênero (masculino ou feminino) é uma imposição social, não é algo da natureza humana. E é esta “construção” que leva à naturalização de atos machistas, sexistas que estimulam a agressões sexuais e outros comportamentos. Trata-se de uma cultura disseminada nas ruas, em revistas, na TV, em propagandas, nas mídias sociais, em conteúdos que não vai se percebendo, mas vai sendo interiorizado, sendo socializado. É esta cultura que tem que ser desconstruída, a partir da tomada de consciência e também de atitudes.

Nesta perspectiva, apresentou os seguintes dados: a cada 11 minutos uma pessoa é estuprada no Brasil, no entanto, menos de 10% dos crimes são notificados. Cerca de 70% das vítimas são crianças e adolescentes e os agressores, 34,1% são pais ou padrastos e 32,2% são amigos ou conhecidos. No ambiente de trabalho, o assédio acontece com elogios que incomodam, toques, olhares persistentes. Práticas comuns que não raro se tornam em algo constrangedor, em chantagem, em violência. “É preciso dizer não ao assediador”, ressaltou a promotora, lembrando que o assédio pode ser caracterizado como crime. “A maior estratégia de enfrentamento é não se calar”, disse.

O que ocorre é que muitas mulheres tem medo de denunciar, por várias motivações, entre as quais a manutenção do emprego ou a própria relação que fica tóxica no ambiente de trabalho. No caso do assédio, deu algumas dicas, tais como: evitar permanecer sozinha no mesmo local do assediador; anotar, com detalhes, as abordagens, assim como colher provas, bilhetes, emails, presentes, vídeos, áudios, e ver a ajuda de colegas que possam comprovar a importunação, entre outras, no caso de denúncia em juízo. “É preciso não ter medo de falar. A postura tem que ser da igualdade de gênero, com respeito e dignidade”, disse.



# COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado realizou um painel com especialistas para o planejamento de uma auditoria operacional, a ser produzida nos próximos meses, para avaliar as políticas públicas de combate à violência de gênero. A matriz de planejamento foi apresentada ao presidente da Corte de Contas, conselheiro Paulo Roberto Alves, em reunião presencial no final de setembro. Participaram do painel representantes da Secretaria Estadual de Segurança Pública, da Saúde Pública, da Assistência Social, Delegacia da Mulher, Secretaria das Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Defensoria Pública, Ministério Público do Estado, entre outras.

Durante a reunião, o presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, afirmou que a Corte de Contas tem se dedicado a abordar temas relevantes para a sociedade. “Sem deixar

de cuidar da fiscalização dos recursos públicos, o Tribunal de Contas tem cada vez mais trazido para o seu trabalho de controle externo temas fundamentais para a sociedade. Esse é um tema, complexo, uma realidade triste que ainda é um problema a ser enfrentado”, apontou o presidente. O secretário de controle externo, Jailson Tavares, explicou que a intenção da auditoria operacional é avaliar a eficiência e eficácia das políticas públicas.

Foi apresentada aos participantes a versão preliminar da matriz de planejamento da auditoria operacional. A matriz de planejamento orientará todo o trabalho da equipe do TCE durante a execução da auditoria. A realização de painéis de referência nesta etapa visa coletar contribuições para o aperfeiçoamento da estratégia proposta para uma adequada avaliação do objeto da auditoria.

A Auditoria Operacional sobre Violência de Gênero constitui ação coordenada pelo Grupo de Trabalho sobre Igualdade de Gênero e Não Discriminação (GTG) da Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), liderado pela Controladoria-Geral da República do Chile (CGR), com apoio do Projeto regional “Fortalecimento do Controle Externo para a Prevenção e Combate Eficaz da Corrupção”, implementado pela Cooperação Alemã, por meio do GIZ.

A ação conta com a participação de 24 membros da OLACEFS e tem como objetivo avaliar a eficácia e a eficiência das ações governamentais em prol da erradicação da violência contra as mulheres, durante o período 2019-2021, incluindo o impacto da pandemia.



Matriz da auditoria foi apresentada a órgãos que atuam com temas relacionadas a questão de gênero

# APRIMORAMENTO E FORTALECIMENTO DAS CORREGEDORIAS E OUVIDORIAS DOS TC'S



Encontro nacional discute rumos das corregedorias e ouvidorias dos tribunais de contas

Fomentar e disseminar o conhecimento na área de Controle Externo e Controle Social, promovendo o compartilhamento de ideias, informações e experiências, na busca pelo aprimoramento e fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas do país e, com isso, a melhoria crescente e contínua dos resultados efetivos das instituições. Este o objetivo do Encontro Nacional das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCO 2022, realizado em setembro no auditório Vivaldi Moreira, na sede do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social, presidido pelo Conselheiro Gilberto

de Oliveira Jales, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN).

O ENCO foi iniciado com a realização de duas reuniões técnicas direcionadas aos membros e servidores das corregedorias e ouvidorias dos Tribunais de Contas, e uma reunião com os integrantes do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social, do IRB. Nas reuniões, que foram conduzidas pelo Conselheiro Gilberto Jales, discutiu-se acerca da utilização da inteligência artificial (IA) para melhoria dos serviços prestados pelas ouvidorias e corregedorias dos Tribunais de Contas brasileiros. Outros temas foram abordados durante as reuniões técnicas, entre eles a difusão da cartilha de combate ao assédio moral e sexual dentro dos

Tribunais, bem como a integração das temáticas de controle interno dos tribunais na discussão, inter-relacionada com a atividade de corregedoria. Também foi definido a elaboração de planos de correção anual, baseados em mapeamento de riscos, além da aproximação das ouvidorias dos tribunais de contas com a população, através de estratégias de comunicação, como forma de tornar mais efetivo o controle social.

A cerimônia oficial de abertura do ENCO 2022 contou com as seguintes autoridades: Conselheiro Wanderley Ávila, Ouvidor do TCE-MG, representando o Presidente da Corte de Contas mineira, Conselheiro Mauri José Torres; Conselheiro Durval Ângelo, Corregedor do TCE-MG; Conselheiro Cláudio Couto Terrão, Diretor



da Vice-Presidência de Relações Jurídico-institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), representando o Presidente da Atricon, Conselheiro Cezar Miola; Conselheiro Gilberto Jales, Presidente do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do IRB; e o Conselheiro Sebastião Helvecio, Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, representando o Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do Instituto.

“O Leviatã Agrilhado e os Órgãos de Controle: o papel das corregedorias e ouvidorias” foi o tema da conferência de abertura proferida pelo Conselheiro Sebastião Helvecio. Em sua apresentação, o Vice-Presidente do IRB discorreu acerca de três pontos que ele considera como relevantes ao exercício das corregedorias e ouvidorias: a Constituição, citando os aspectos referentes ao Federalismo; Sociedade e Estado, a importância das ouvidorias e corregedorias para o fortalecimento dessa relação; e Metas e Ambições, nesse ponto o Conselheiro refletiu como as instituições estão trabalhando dados e informações.

O Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Patrick Machado, mediu a mesa 1 – Lei Geral de Proteção de Dados, com a participação do Ouvidor-Geral da Controladoria-Geral da União (CGU), Valmir Gomes Dias, e

o Corregedor-Geral da CGU, Gilberto Waller Júnior. “O papel das corregedorias e das ouvidorias nos sistemas de integridade dos tribunais – Resolução Conjunta Atricon/IRB 001/2022” foi o tema da palestra proferida pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) e do Comitê Técnico de Governança dos Tribunais de Contas do IRB, Conselheiro Érico Xavier Desterro. A mediação foi realizada pela Corregedora do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) e Membro da Diretoria do IRB, Conselheira Patrícia Saboya.

Mediada pela Coordenadora da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Renata Machado da Silveira, com a participação do Secretário de Estado de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo, Edmar Camata; da Secretária de Ouvidoria e Segurança da Informação do Tribunal de Contas da União (TCU), Mônica Cotrim Chaves; e do Conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), a mesa 2 abordou como tema: Governança, Transparência e Controle Social.

A mesa 3 foi mediada pelo Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Telmo Passarelli, e abordou a temática “Atividades Correcionais: O papel das Corregedorias para além dos Processos Administrativos

Disciplinares”. Como convidados participaram os servidores: Vitor Lessa, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES); Andréa Rodrigues, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN); e Silvia Araújo, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

No segundo dia do ENCO, foram apresentadas as mesas temáticas 4 e 5. O Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), Domingos Augusto Taufner, mediu a mesa 4, com o tema: Ouvidoria do Século XXI. Participaram dessa mesa o Assessor da Ouvidoria do TCE Ceará, Virgílio Freire; o Chefe de Gabinete da Ouvidoria do TCE Amazonas, Karina Lago Coimbra; e o Diretor de Informática do TCE Rio Grande do Norte.

A programação do ENCO 2022 foi encerrada com a mesa 5 – Éthos público e fomento ao comportamento ético, com apresentações do Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), Valdecir Pascoal; do pesquisador FDC, Daniel Lança; Ramon Patrese Veloso, Chefe de Gabinete da Corregedora-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI); e do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), André Gustavo Corrêa de Andrade.



Manual foi lançado pelo Conselheiro Gilberto Jales

## Conselho de usuários nos Tribunais de Contas

O “Manual de Orientações Técnicas para a Criação do Conselho de Usuários nos Tribunais de Contas” foi lançado no segundo dia do ENCO. O manual foi apresentado pelo presidente do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Gilberto Jales. Editado pelo IRB, o material conta com 92 páginas, divididas em 11 capítulos, que explicam todas as etapas de instituição dos conselhos de usuários, que têm o objetivo de acompanhar a prestação dos serviços, avaliá-los e propor as melhorias necessárias.

Segundo o manual, “o Conselho deve ser visto como um colegiado de entidades representativas da comunidade usuária dos serviços dos tribunais de contas, ou seja, mais um importante canal de participação popular”.

O material foi distribuído aos participantes do ENCO, que poderão compartilhar as ideias em seus respectivos Tribunais, com a recomendação de que sejam instalados os conselhos. O conselheiro Gilberto Jales garantiu que o manual também será encaminhado oficialmente aos presidentes dos Tribunais de Contas brasileiros e também será publicado no portal do IRB.

# NORDESTE CELEBRA 30 ANOS DA ATRICON



Encontro marca a presença da ATRICON em todas as regiões do país

Representando a região Nordeste, o Tribunal de Contas de Alagoas sediou as comemorações alusivas aos 30 anos de fundação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com o Seminário “A integração do Superior Tribunal de Justiça com os órgãos de controle”. O evento fez parte da série de cinco encontros regionais alusivos aos 30 anos da entidade em todo o País. O primeiro foi realizado no Tribunal de Contas do Distrito Federal, a segunda edição ocorreu na sede do TC de São Paulo, o terceiro encontro no Tribunal de Alagoas; o quarto no TCE-Amazonas e o quinto em Curitiba, no TCE do Paraná. Ainda estão previstas, entre outras iniciativas, lançamentos de pesquisas, capacitações, seminários e projetos que serão desenvolvidos até 26 de agosto de 2023.

A Atricon foi criada no dia 26 de agosto de 1992 com o objetivo de garantir a representação, a defesa, o aperfeiçoamento e a integração dos Tribunais de Contas e de seus Membros (ministros, conselheiros, ministros substitutos e conselheiros substitutos), visando aprimorar o Sistema de Controle Externo do Brasil em benefício da sociedade. Sua atuação é desenvolvida em estreita parceria com outras entidades representativas dos Tribunais de Contas. Eleita a cada dois anos, a Direção da Atricon define, por meio de constante e democrático processo de diálogo com os associados, metas e ações estratégicas, firma parcerias com outras instituições e realiza debates e eventos nacionais.

Logo na abertura da programação no Nordeste, o presidente do TCE/AL, Conselheiro Otávio

Lessa, falou sobre a alegria em sediar essa comemoração em seu estado e receber representantes de vários Tribunais. “Alagoas precisa dessa energia do Nordeste, e do Brasil como um todo. Estamos aqui para fazer e mostrar o nosso melhor” destacou Otávio Lessa. O evento foi iniciado com uma apresentação do Coral Cantos e Contas, seguido pela palestra magna “A Interação do STJ com os Órgãos de Controle Externo”, proferida pelo Ministro Humberto Martins. Após o momento, a palestra proferida pelo conselheiro Fábio Nogueira, com a temática “Desafios Contemporâneos Do Controle Externo”.

Participaram da composição da mesa de honra: o Presidente do TCE/AL, Conselheiro Otávio Lessa; o Presidente da Atricon,

Conselheiro Cezar Miola; O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins; O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Desembargador Klever Rêgo Loureiro; O Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, Márcio Roberto Tenório Albuquerque; a Procuradora Chefe Substituta da Procuradoria da República em Alagoas, Raquel de Melo Teixeira; representando o Instituto Rui Barbosa, o Vice-presidente do TCE/AL, Conselheiro Fernando Ribeiro Toledo; Subprocurador-geral do Ministério Público de Contas, Ricardo Schneider e o Vice-presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, Conselheiro Fábio Nogueira.

Durante o evento também foram realizadas homenagens às Cortes de Contas do Nordeste, aos Presidentes e Decanos e aos membros fundadores à época da criação, com a entrega de troféus e medalhas entregues pela Atricon. O TCE/AL também presenteou os homenageados com um kit do projeto “Alagoas feita à mão”, do Governo do Estado, composto por um livro que conta a história dos artesanatos locais e um artesanato da região. Na oportunidade, O presidente do Tribunal de Contas do RN, Paulo Roberto Alves, foi homenageado, representando o conselheiro Tarcísio Costa, decano da Corte de Contas potiguar, e o conselheiro aposentado Getúlio Nóbrega, que está entre os membros fundadores da Atricon. O conselheiro Gilberto Jales, que participa da direção da Atricon, também participou do evento.

O encontro foi encerrado com apresentação da rica cultura do estado, com o cantor, compositor, poeta e grande representante do estado, Eliezer Setton.



O Conselheiro Paulo Roberto, presidente do TCE/RN, foi um dos homenageados



# PREVENÇÃO AO SUICÍDIO



"Pensar na vida faz parte da condição humana", destacou a psicóloga Milla Marinho

- Como posso te ajudar? Numa sociedade marcada pela intolerância, pela violência, pelo preconceito, esta é uma frase que pode salvar vidas. Em meio à complexidade em torno do suicídio, tema em evidência no Setembro Amarelo, o Tribunal de Contas do Estado abriu suas portas para o debate da questão, possibilitando um maior conhecimento do assunto, numa perspectiva de prevenção.

"O TCE sai, mais uma vez, das suas atividades rotineiras para abordar um tema de muita importância na sociedade justificou o presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, na abertura do evento, enfatizando: "O suicídio é uma tragédia que ocorre em todo o mundo, não podemos ignorar", disse.

Foram ministradas três palestras: Saúde mental: como prevenir e identificar o adoecimento, pela médica Ana Patrícia de Queiroz Medeiros Dantas; Um olhar historiográfico sobre o suicídio, pelo professor de história, Herculino Rodrigues Teixeira Neto; e Prevenção e posvenção do suicídio, pela psicóloga Milla Marinho. O evento foi mais uma ação da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, em parceria com o setor de Saúde e o núcleo de Sustentabilidade.

Iniciando as palestras, a médica Ana Patrícia focou na depressão como um dos fatores que podem levar à tentativa de suicídio, caso não seja diagnosticada e não haja tratamento. No mundo, mais de 330 milhões de pessoas, de

todas as idades, sofrem com quadros depressivos. É preciso ficar atento para sintomas como humor deprimido ou perda de interesse ou prazer, alteração de peso, agitação ou retardo psicomotor, fadiga ou perda de energia, sentimento de inutilidade, culpa excessiva e pensamento de morte. "Estas situações num prazo de duas semanas configura risco", alertou, lembrando que casos de tentativa prévia ou pessoas com doenças mentais merecem mais atenção.

Logo em seguida o professor de História Herculino Rodrigues apresentou como o suicídio vem ocorrendo ao longo do tempo na humanidade, dos textos de Shakespeare até a carta de Getúlio Vargas, associando o fenômeno também a fatores sociais e suas variantes ao longo do tempo, como a vinculação ao pensamento cristão que remete a idéia de que

"a vida é sagrada"; a decisão pela morte em atos de resistência, no período da escravidão e o silenciamento de fontes nestes casos, o que dificulta a realização de pesquisas na área.

A psicóloga Milla Marinho lembrou que pensar na morte faz parte da condição humana. "O suicídio é um ato final, não acontece da noite para o dia. Estamos banalizando ou acolhemos estas questões?". Ela insistiu na necessidade do sujeito fazer a seguinte reflexão: como tenho me cuidado? Como vivenciamos nossas emoções? Para ela, na verdade, a pessoa não quer se matar, sim matar a dor que está sentindo naquele momento. "É preciso procurar ajudar, não desistir, existem profissionais e redes de apoio que podem ajudar", disse.



Herculino, Milla e Ana Patrícia: olhares sobre o suicídio



# COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

O TCE potiguar iniciou levantamento, por meio de aplicação de questionário eletrônico, com os Municípios inseridos na Região do Semiárido para um diagnóstico sobre questões relacionadas a meio ambiente, agricultura familiar, tecnologias sociais hídricas e desenvolvimento rural sustentável. A ação faz parte da Auditoria Operacional Coordenada em Políticas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, na região Nordeste, coordenada pelo TCE da Paraíba. Os estados participantes são Paraíba, Ceará, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte.

No Rio Grande do Norte, 141 municípios do Semiárido devem responder a consulta. As informações fornecidas ao Tribunal de Contas, pelas prefeituras, servirão para oferecer um panorama no nível municipal de ações relacionadas ao combate à desertificação. Na

Região do Nordeste, 660 municípios responderão a pesquisa eletrônica elaborada pelos Tribunais.

A Matriz de Planejamento da Auditoria foi aprovada no dia 19 de agosto, em um encontro com os estados participantes da fiscalização, por meio de Painel de Referência para proceder à coleta das informações requeridas pelas questões de Auditoria. O formulário foi enviado aos gestores municipais, por meio do Portal do Gestor, com questões relacionadas a meio ambiente, agricultura familiar, tecnologias sociais hídricas, desenvolvimento rural sustentável, considerando-se ainda a governança existente para diversas ações.

O objetivo da Auditoria Operacional Coordenada é verificar como está o andamento das políticas públicas de Combate

à Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca, como também de outras Políticas Públicas transversais referentes à região do Semiárido e ao Bioma Caatinga, à luz da Lei nº 13.153/2015.

Coordenam a Auditoria Operacional no TCE-RN os Auditores de Controle Externo Francisco Marcelo Assunção de Queiroz, Mayara Araújo Modesto e Vladimir Sérgio de Aquino Souto.

A fiscalização tem o apoio do Núcleo de Supervisão de Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e faz parte do plano de trabalho para 2022 da Rede Integrar, composta pelos Tribunais de Contas brasileiros para avaliação de políticas públicas descentralizadas.



Auditoria tem como objetivo verificar as políticas públicas de combate à desertificação





Proposta é garantir o correto tratamento do descarte dos resíduos sólidos

## RECOMENDAÇÕES PARA CONSÓRCIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Resultado de auditoria operacional produzida pela Inspeção de Controle Externo, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) aprovou uma série de recomendações para o Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó para o correto tratamento e descarte dos resíduos sólidos. O Consórcio do Seridó e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente devem enviar plano de ação para análise da Corte de Contas num prazo de até 60 dias.

O relatório foi aprovado em sessão do Pleno no final de agosto. Dentre as recomendações aprovadas, estão a necessidade de fiscalizar os municípios da região acerca do efetivo controle de acesso aos locais de destinação de resíduos sólidos, proibindo queimadas e a

presença de pessoas não autorizadas; implantação da coleta seletiva; recuperação de áreas degradadas; revisar os estudos de viabilidade técnica e financeira do Consórcio, entre outros.

A equipe técnica da Corte de Contas encontrou, no âmbito de ação do Consórcio Regional do Seridó, problemas como a situação irregular da disposição dos resíduos sólidos; a ausência de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos; a coleta seletiva inexistente ou incipiente nos municípios consorciados; educação ambiental carente de maior atenção no âmbito dos municípios consorciados; e financiamento do sistema com carências para sua sustentabilidade, entre outros.

“De forma geral, pode-se concluir das análises das deficiências na gestão dos resíduos sólidos no âmbito do CPRRSS a necessidade de maior atuação do consórcio junto aos municípios consorciados, de modo a prestar um maior apoio a essas gestões”, aponta o relatório técnico.

Para a auditoria operacional, foram realizadas visitas em 14 municípios: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Jardim do Seridó, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando e São Vicente. O Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó (CPRRSS) é formado por 25 municípios, sendo 24 da região do Seridó e o Município de Santana do Matos.

# INCENTIVO À VACINAÇÃO INFANTOJUVENIL

“O MPRN e as instituições parceiras têm identificado uma significativa redução dos índices de vacinação no Estado. É nossa missão institucional zelar pela saúde e pela proteção das crianças e adolescentes e atuar para que sejam atingidos os patamares preconizados pelo Ministério da Saúde”, assinalou a procuradora geral de Justiça do MPRN, Elaine Cardoso, no início da campanha de Incentivo à Vacinação Infantojuvenil que tem como objetivo reforçar, conscientizar, informar e estimular a sociedade a fazer a atualização das cadernetas de vacinação do público infantojuvenil. Em tempo: o Rio Grande do Norte ainda não atingiu o índice de 60% de crianças vacinadas contra a poliomielite, por exemplo (dados da Secretaria Estadual de Saúde Pública/Sesap). A meta estabelecida pelo Ministério da Saúde é de 95% do público-alvo vacinado.

A campanha foi iniciada com uma coletiva à imprensa, realizada no Dia Nacional de Vacinação (17/10), com a presença de representantes do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), o Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte (MPF/RN), o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Ministério Público do

Trabalho no Rio Grande do Norte (MPT/RN), a Defensoria Pública do Estado e a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Norte (OAB/RN) na sede do MPRN. Ainda apoiam a iniciativa o Conselho Regional de Medicina do RN (Cremern), a Sociedade de Pediatria do RN e a Sociedade Riograndense do Norte de Infectologia.

Para a coordenadora do Núcleo de Saúde da Defensoria Pública do Estado, Cláudia Queiroz, é importante buscar a conscientização da população sobre o PNI para a erradicação, a prevenção e o controle de doenças com informações adequadas. “A imunização não é um ato individual, é um ato coletivo. As crianças e adolescentes precisam de uma atenção e proteção especial. E as instituições envolvidas buscam a implementação e a efetivação dos direitos O

O secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Jailson Tavares, reforçou o fato de que quando uma campanha não atinge os patamares de 95% de cobertura vacinal, há prejuízo à sociedade. “A eficácia de uma imunização contra uma doença só é alcançada quando esse patamar é cumprido. Então, uma campanha que alcança menos de

60% é desperdício de dinheiro público porque a doença continua e aquele recurso financeiro não serviu ao seu propósito porque em dois ou três anos a campanha terá que ser retomada”, explicou.

Na ocasião, o MPRN lançou o Selo de Município Amigo da Vacina. Trata-se de um incentivo para que as gestões públicas procurem concentrar esforços pelos próximos cinco meses para atingir a marca de imunização de 95% da população alvo da vacina contra a poliomielite.

Ao final, em 17 de março de 2023, os Municípios que cumprirem essa cobertura vacinal receberão o selo do MPRN. “É uma iniciativa estimular uma postura mais ativa. Sabemos que no nosso Estado, alguns Municípios já alcançaram os 95% de imunização, embora ainda sejam minoria. Outros precisam se adequar para cumprir esse patamar. Então, o MPRN pensou em fazer esse reconhecimento, conferindo o selo para reforçar as ações dos Municípios pelos próximos meses”, destacou Elaine Cardoso.



Instituições também lançaram o Selo de Município Amigo da Vacina, com solenidade prevista para março do ano que vem